



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
Rua Esteves Júnior, nº 160 - Centro.
Florianópolis/SC - CEP: 88015-130
Telefone: (48) 3664-8739 / 3664-8740
Site: www.compraslicitacoes.saude.sc.gov.br
Email: compradireta@saude.sc.gov.br

EDITAL DE COMPRA DIRETA Nº 446/2022

PROCESSO SES 131817/2021

A SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE (SES) solicita, por meio do presente, que as pessoas físicas ou jurídicas interessadas encaminhem propostas de preços, conforme as condições estabelecidas neste edital de compra direta para aquisição na modalidade dispensa de licitação pelo critério de **MENOR PREÇO GLOBAL**.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE OPME – ORDEM JUDICIAL, conforme especificações constantes do Anexo I.

ENTREGA DAS PROPOSTAS: até 23h00min. do dia 08/03/2022.

1 - PROPOSTA

1.1 - A PROPOSTA deverá ser encaminhada até o prazo acima estipulado por correio eletrônico para compradireta@saude.sc.gov.br ou entregue na Diretoria de Licitações e Contratos, situada à Rua Esteves Júnior nº 160 - Centro - Florianópolis - SC.

1.1.1 - A PROPOSTA não poderá ter emendas, rasuras ou entrelinhas; deve estar datada, conter nome ou razão social, CNPJ ou CPF, endereço completo, telefone e e-mail e deve estar assinada pelo representante legal da empresa;

1.2 - A PROPOSTA deverá conter a marca do produto ofertado, apresentação, preço unitário e total por item. Estes deverão ser em moeda nacional, computados os tributos de qualquer natureza incidentes sobre o material/serviço e a venda a ser realizada, bem como, o custo de transporte, inclusive carga e descarga, na modalidade CIF, correndo tal operação, única e exclusivamente por conta, risco e responsabilidade das empresas vencedoras. No preço cotado por item, já estarão incluídos todos os descontos oferecidos;

1.3 - A PROPOSTA deverá ter validade não inferior a 60 (sessenta) dias;

1.4 - O autor da OFERTA VENCEDORA deverá apresentar os documentos elencados abaixo:

1.4.1 - Prova de inscrição no Cadastro de Pessoa Física (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

1.4.2 - Prova de regularidade fiscal para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal da sede ou domicílio da licitante, expedidas pelos órgãos abaixo relacionados:

1.4.2.1 - Da Secretaria da Receita Federal, com relação à regularidade fiscal Federal;

1.4.2.2 - Da Procuradoria da Fazenda Nacional, referente à Dívida Ativa da União;

1.4.2.3 - Da Secretaria da Fazenda Estadual, ou outro órgão competente, com relação à regularidade fiscal Estadual;

1.4.2.4 - Da Secretaria de Finanças Municipal, ou outro órgão competente, com relação à regularidade fiscal Municipal. No caso de municípios que mantêm Cadastro Mobiliário e Imobiliário separados, deverão ser apresentados os comprovantes referentes a cada um dos cadastros;

1.4.3 - Prova de regularidade relativa à Seguridade Social, fornecida pelo Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) - CND;

1.4.4 - Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) - CRS;

1.4.5 - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

1.5 - A documentação acima elencada no item 1.4 poderá ser substituída pelo Certificado de Cadastro de Fornecedor emitido pela Diretoria de Gestão de Materiais e Serviços da Secretaria de Estado da Administração;

1.6 - Caso haja a necessidade expressa em edital de apresentação de laudos, certificados de qualidade técnica, ensaios laboratoriais e correlatos, estes devem ser apresentados em língua portuguesa ou traduzidos, acompanhados do original fonte;

1.7 - A proposta deverá cumprir os requisitos listados no Anexo I (detalhamento do objeto).

2 - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

2.1 – A Secretaria de Estado da Saúde efetuará o pagamento por intermédio do Banco do Brasil em 30 (trinta) dias após o recebimento e aceite do material com a respectiva Nota Fiscal/Fatura ou documento legalmente equivalente, observado o cumprimento integral das disposições contidas neste edital;

2.1.1 - Caso o vencimento do prazo de pagamento da Nota Fiscal/Fatura ocorra fora do calendário semanal ou de expediente bancário, o pagamento será efetuado na próxima data do calendário, imediatamente posterior ao vencimento, não incidindo qualquer compensação financeira neste período;

2.1.2 - O credor que não possuir conta corrente no Banco do Brasil poderá receber o pagamento em outras instituições, mediante crédito em conta-corrente do favorecido, ficando, contudo, responsável pelo pagamento das tarifas bancárias derivadas da operação;

2.2 - A empresa deverá mencionar na respectiva Nota Fiscal/Fatura, as informações sobre o produto, tais como: a MARCA sob o qual o mesmo é comercializado, Fabricante, Apresentação, País de Origem, o número Certificado de Registro do Produto junto ao Ministério da Saúde, o número do lote e o prazo de validade do produto. Além de mencionar o número do Contrato, o número do Edital, do Processo SES e da Autorização de Fornecimento/Ordem de Fornecimento;

2.3 - Também será obrigatório que a empresa mencione na Nota Fiscal/Fatura os seguintes dados bancários para pagamento: número do banco, número da agência com dígito, número da conta-corrente com dígito.

3 - DISPOSIÇÕES GERAIS

3.1 - A participação na presente cotação de preços implica na aceitação integral e irretratável de todas as condições exigidas neste edital e dos documentos que dele fazem parte, bem como na observância dos preceitos legais e regulamentares em vigor;

3.2 - A empresa ganhadora fica obrigada a aceitar os acréscimos ou supressões em até 25% (vinte e cinco por cento) no quantitativo estimado (artigo 65, § 1º da Lei de Licitações);

3.3 - A presente aquisição baliza-se pelos preceitos da Lei 8.666/93 e suas alterações, estando sujeitas as empresas participantes as sanções previstas no Decreto Estadual nº 2617/2009;

3.4 - As empresas que não cumprirem as obrigações assumidas na Cotação de Preços e/ou na execução do objeto estão sujeitas às seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa;

III - suspensão temporária, não superior a 2 (dois) anos, aplicada segundo a natureza e a gravidade da falta cometida;

3.5.1 - A advertência é a sanção por escrito, emitida pela Administração, quando o contratado descumprir qualquer obrigação, ressalvado o disposto no § 3º do art. 11 do Decreto Estadual nº 2617/2009;

3.5.2 - A multa é a sanção pecuniária que será imposta à contratada pelo atraso injustificado na entrega ou execução do Contrato, de acordo com as alíquotas a seguir:

I - 0,33 % (zero, trinta e três por cento) por dia de atraso, na entrega do objeto ou execução de serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até o limite de 9,9% (nove vírgula nove por cento);

II - 10 % (dez por cento) em caso de não entrega do objeto ou não conclusão do serviço ou rescisão do Contrato ou cancelamento da Ordem de Fornecimento/Autorização de Fornecimento por culpa da contratada, calculado sobre a parte inadimplente;

III - até 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato/Ordem de Fornecimento/Autorização de Fornecimento, pelo descumprimento de qualquer cláusula, exceto prazo de entrega.

3.5.2.1 - O valor da multa e/ou custas de depósito será deduzido dos créditos ou garantias da empresa, ou cobrado administrativa ou judicialmente.

3.5.2.2 - Sempre que a multa ultrapassar os créditos da contratada e/ou garantias, o valor excedente será encaminhado à cobrança extrajudicial ou judicial.

3.5.2.3 - O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo de entrega ou execução do serviço.

3.5.2.4 - A multa será aplicada quando o atraso for superior a cinco dias.

3.5.2.5 - A aplicação da multa não impede que sejam aplicadas outras sanções previstas neste Edital;

3.5.3 - A suspensão é a sanção que impossibilita a participação da empresa em licitações e/ou Contratos, ficando suspenso o seu registro cadastral no Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Santa Catarina, de acordo com os prazos a seguir:

I - por até 30 (trinta) dias, quando aplicada a pena de advertência emitida pela Administração e a empresa permanecer inadimplente;

II - por até 90 (noventa) dias, quando a empresa interessada solicitar cancelamento da proposta após a abertura e antes do resultado do julgamento;

III - por até 12 (doze) meses, quando a empresa adjudicada se recusar a retirar a Autorização de Fornecimento, Ordem de Fornecimento ou assinar o Contrato;

IV - por até 12 (doze) meses, quando a empresa adjudicada motivar a rescisão total ou parcial da Autorização de Fornecimento, Ordem de Fornecimento ou do Contrato;

V - por até 12 (doze) meses, quando a empresa praticar atos que claramente visem à frustração dos objetivos da Cotação de Preços;

VI - por até 24 (vinte e quatro) meses, quando a empresa apresentar documentos fraudulentos;

VII - por até 2 (dois) anos quando a fornecedora convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, que não celebrar o Contrato, que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida no edital, que ensejar o retardamento da execução de seu objeto, que não mantiver a proposta, que falhar ou fraudar na execução do Contrato, que se comportar de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios; e

VIII - até a realização do pagamento, quando a empresa receber qualquer das multas previstas no artigo anterior.

3.6 - Na apreciação das propostas poderão ser solicitadas informações complementares, amostras e/ou prospectos, a fim de obter maiores informações sobre o produto e/ou serviço ofertado, o que deverá ser providenciado no prazo estabelecido pela Gerência solicitante, sob pena de desclassificação;

3.7 - A cotadora vencedora não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto do Contrato, Ordem de Fornecimento e/ou Autorização de Fornecimento a terceiros ou a eles associar-se sem prévia autorização da contratante, sob pena de imediata rescisão do contrato e demais sanções aplicáveis, conforme Lei 8.666/93.

3.8 - Os orçamentos que compõem este processo poderão ser utilizados para aquisição dos itens caso haja vantagem para a SES, interesse da empresa cotadora e atendimento aos requisitos solicitados neste Edital.

3.9 - Não poderá participar, direta ou indiretamente, desta cotação de preços servidor ou dirigente da Secretaria de Estado da Saúde, em conformidade com o disposto no inciso III do art. 9º da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993.

3.10 - O resultado deste edital de compra direta será disponibilizado para acompanhamento no site www.compraslicitacoes.saude.sc.gov.br / <https://sgpe.sea.sc.gov.br/atendimento>

3.11 - Nos casos omissos deste edital serão adotados os prazos para a modalidade convite.

4 - PRÁTICAS FRAUDULENTAS E DE CORRUPÇÃO

4.1- As partes, por seus agentes públicos ou por seus sócios, acionistas, administradores e colaboradores:

I – declaram que têm conhecimento das normas previstas na legislação, entre as quais nas Leis nºs 8.429/1992 e 12.846/2013, seus regulamentos e eventuais outras aplicáveis;

II – comprometem-se em não adotar práticas ou procedimentos que se enquadrem nas hipóteses previstas nas leis e regulamentos mencionados no inciso anterior e se comprometem em exigir o mesmo pelos terceiros por elas contratados;

III – comprometem-se em notificar à Controladoria-Geral do Estado qualquer irregularidade que tiverem conhecimento acerca da execução do contrato;

IV – declaram que têm ciência que a violação de qualquer das obrigações previstas na Instrução Normativa conjunta CGE/SEA nº 01/2020, além de outras, é causa para a rescisão unilateral do contrato, sem prejuízo da cobrança das perdas e danos, inclusive danos potenciais, causados à parte inocente e das multas pactuadas.

Florianópolis, 03 de março de 2022.

ANEXO I
MATERIAIS GERAIS - ORDEM DE FORNECIMENTO
DETALHAMENTO DO OBJETO

Item	Código	Descrição	Unidade	Total
1	111317018	Kit de introdução contendo: fio de nitinol flexível 1,3mm diâmetro/comprimento 35,6cm, agulha canulada com obturador. Comprimento 195mm; diâmetro externo 1.5mm e diâmetro interno 1,3mm. Embalagem individual, estéril, contendo lote e data de fabricação. Registro no MS.	Kit	1
2	070491004	Lâmina de Shaver (cânula de debridação) reta descartável com tamanho mínimo de 150mm, parte introdutória 150mm, 180mm, com opção de diâmetro 3.5mm, 4mm, 4.5mm: parte interna denteada e parte externa lisa, com opção de engate para cânula metálica. Embalagem individual, estéril, contendo lote e data de fabricação. Registro no MS.	Peça	1
3	070491002	Lâmina de Shaver curva descartável com angulação de 15 graus com tamanho mínimo de 150 mm, parte introdutória 150 mm, diâmetros 3.5 mm, 4 mm, 4.5 mm; parte interna denteada e parte externa lisa, com opção de engate para cânula metálica. Embalagem individual, estéril, contendo lote e data de fabricação. Registro no MS	Peça	1
4	070491006	Lâmina óssea tipo Barrel Burr, descartável, comprimento mínimo 190 mm, comprimento de introdução mínimo 140mm, diâmetro 5,5mm; parte distal tipo cebolinha com 12 ranhuras. Opção de lâmina óssea com 4mm, 5mm, 5,5mm. Embalagem individual, estéril, contendo lote e data de fabricação. Registro no MS.	Peça	1
5	070521002	Ponteira de radiofrequência descartável para vaporização por radiofrequência	Peça	1
6	111210002	Passador de sutura descartável com guia longo canulado para quadril com opção de angulação 0 graus, 35 graus, 45 graus, com ponta em bisel com opção para reta, inclinada para esquerda e direita. Embalagem individual, estéril, contendo lote e data de fabricação. Registro no MS.	Peça	1
7	111341063	Capa plástica sanfonada para uso em artroscopia quadril. Embalagem individual, estéril, contendo lote e data de fabricação. Registro no MS.	Peça	1
8	111341064	Campo cirúrgico impermeável em TNT, de aproximadamente 3m x 2 m com coletor de líquidos, orifício para exposição da área cirúrgica, área de fixação na pele com adesivo colante. O campo deve ter segurança para não molhar o paciente causando choque elétrico, aquecimento do paciente. Embalagem individual, estéril, contendo lote e data de fabricação. Registro no MS.	Peça	1
9	009466015	Campo cirúrgico auto-adesivo, iodoforado de polietileno/polimérico de poliéster, com liner de papel siliconizado com medidas aproximadas de 66cm ou +10 cm de largura x 45cm ou +10cm de comprimento, apresentação em embalagem individual, que garanta a integridade do produto, embalagem com identificação do produto, marca, lote de fabricação, procedência, o prazo de validade não poderá ser inferior ao período de dois anos, vigente a partir da data da entrega. Apresentar isenção do registro MS.	Peça	1
10	111341066	Equipo para bomba de infusão com sensor de controle de fluxo e pressão, com equipo de 2 vias. Pressão máxima 150mm/hg e fluxo máximo 50l/min. Embalagem contendo lote e data de fabricação. Registro no MS.	Peça	1
11	111341067	Protetor de espuma com orifício para o pino central da mesa de tração.	Peça	1

		Embalagem individual, estéril. Registro no MS, embalagem contendo lote e data de fabricação.		
12	111171002	Âncora absorvível de ácido polilático com 3,1 mm, para utilização em procedimentos artroscópicos de pacientes jovens, pré-montada com fio de sutura trançado semi-absorvível, broca de 2,9 mm aproximadamente, deverá possuir no mínimo de 04 guias instrumentais específicos para inserção óssea e insertor de âncora longo com marca de profundidade. Embalagem individual, estéril, contendo lote e data de fabricação. Registro no MS.	Peça	4
13	009610042	Cânula descartável transparente para artroscopia, comprimento de 11cm, e diâmetro de rosca de 75mm, com válvula antire-fluxo e entrada para soro. Embalagem individual, estéril. Embalagem individual, estéril, contendo lote e data de fabricação. Registro no MS.	Peça	2

1 - PRAZO E LOCAL DE ENTREGA

1.1 - Como o objeto do presente edital é de entrega imediata e integral, para autorizar a entrega dos materiais a SES emitirá uma Ordem de Fornecimento (OF);

1.2 - O prazo de entrega do objeto será de até 10 (dez) dias após o recebimento da Ordem de Fornecimento;

1.3 - A entrega será efetuada conforme condições da Ordem de Fornecimento para:

SIGLA	UNIDADE	ENDEREÇO	TELEFONE
HGCR	Hospital Governador Celso Ramos	Rua Irmã Benwarda, 297 Centro – Florianópolis – SC	(48) 3251-7000

2 - REQUISITOS DA PROPOSTA

2.1 - Quando se tratar de material com prazo de validade, estes não poderão estar com a validade inferior a 75% do seu prazo total de validade.

2.2 - Deverá constar marca e/ou procedência, modelo, nº registro ANVISA (quando aplicável), apresentação e nome comercial do produto cotado no campo “observações adicionais” de cada item.

ANEXO II
TERMO DE REFERÊNCIA (TR)

1. OBJETO

1.1. Aquisição emergencial de órteses, próteses e materiais especiais (OPME) na especialidade de Ortopedia/Ordem Judicial, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.2. Especificação do objeto consta no quadro a seguir:

LOTE	ITEM	CÓDIGO	REQUISIÇÃO	UNIDADE	QUANTITATIVO
ÚNICO	1	111171002	5051/2021	HGCR	04
	2	009466015	5051/2021	HGCR	01
	3	111341064	5051/2021	HGCR	01
	4	009610042	5051/2021	HGCR	02
	5	111341063	5051/2021	HGCR	01
	6	111341066	5051/2021	HGCR	01
	7	111317018	5051/2021	HGCR	01
	8	070491004	5051/2021	HGCR	01
	9	070491002	5051/2021	HGCR	01
	10	070491006	5051/2021	HGCR	01
	11	111210002	5051/2021	HGCR	01
	12	070521002	5051/2021	HGCR	01
	13	111341067	5051/2021	HGCR	01

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA AQUISIÇÃO

De acordo com documento apenso ao presente processo de demanda judicial (fls 02), paciente R.B.N., é portador de impacto femoro acetabular, lesão labral e condral do quadril, portanto com prazo exíguo para cumprimento da ordem judicial, conforme PSES original 169699/2020.

* Solicitamos a plena compatibilidade entre os itens requeridos, conforme descrito em quadro acima. Entende-se por “compatibilidade” a aquisição por menor preço global, pelo qual todos os itens serão fornecidos por único fornecedor, de acordo com a necessidade específica de cada paciente.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

3.1 O compromisso será firmado por meio de Ordem de Fornecimento (OF) em entrega única;

3.2 O prazo de entrega será de 10 dias após a emissão e empenho da ordem de fornecimento;

3.3 O recebimento do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução da ordem de fornecimento;

3.4 A contratada deixará os itens (materiais) os quais foram classificados em sua proposta de preços na Unidade Solicitante, na quantidade constante na Ordem de Fornecimento (OF), tomando como base a Relação de Compras (anexo);

3.5 Os equipamentos/instrumentais necessários, informados na Relação de Compras (anexo), deverão ser disponibilizados à Unidade Solicitante para a realização do procedimento com os insumos relacionados;

3.6 Os equipamentos/instrumentais devem apresentar perfeitas condições de funcionamento durante o procedimento, devendo a contratada substituí-los por similar em tempo hábil caso contrário;

3.7 Funcionários da contratada deverão apresentar-se sempre com identificação e/ou credencial à chefia do centro cirúrgico, atendendo as solicitações da chefia de enfermagem do centro cirúrgico e respeitando as normas de cada instituição.

4. CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

4.1 A proposta, para cada item, deverá ser preenchida, conforme as especificações abaixo:

a) O preço unitário do item deverá ser expresso em reais, com no máximo 4 (quatro) casas decimais, no campo “VALOR UNITÁRIO DO ITEM”;

b) Deverá constar no campo “marca”:

l) Marca;

II) Procedência;

III) Apresentação com detalhamento de cada item, necessariamente a forma de apresentação e quantidade;

IV) Nome comercial do produto cotado, laudos comprobatórios de eficiência (quando solicitados) e registro na ANVISA ou declaração de produto isento.

4.2 A proposta de preços deverá conter obrigatoriamente a razão social completa e CNPJ da proponente, endereço, telefone e endereço eletrônico;

4.3 A equipe técnica poderá solicitar a apresentação de amostras do produto, quando achar necessário, para análise técnica do material ofertado;

4.4 A empresa vencedora deverá ofertar treinamentos relacionados ao objeto licitado, nas unidades da SES/SC mediante solicitação da equipe técnica.

5. CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DO OBJETO

5.1 O objeto deverá estar de acordo com as especificações do edital;

5.2 O objeto deverá estar com no mínimo 75% do prazo de validade;

5.3 A embalagem deverá estar íntegra, livre de impurezas e em perfeitas condições de utilização;

5.4 O objeto não será aceito caso não seja transportado e entregue de maneira correta, respeitando as recomendações do fabricante e autoridades sanitárias.

6. DA ESTIMATIVA

7. DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

Conforme deliberação da Gerência de Orçamentos.

8. CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

8.1 Pagamento:

a) A Secretaria de Estado da Saúde efetuará o pagamento em 30 (trinta) dias após o recebimento e aceite do material com a respectiva Nota Fiscal/Fatura ou documento legalmente equivalente, observado o cumprimento integral das disposições contidas neste edital;

b) Caso o vencimento do prazo de pagamento da Nota Fiscal/Fatura ocorra fora do calendário semanal ou de expediente bancário, o pagamento será efetuado na próxima data do calendário, imediatamente posterior ao vencimento, não incidindo qualquer compensação financeira neste período;

c) A empresa deverá mencionar na respectiva Nota Fiscal/Fatura informações sobre o produto, tais como: a MARCA sob o qual o mesmo é comercializado, Fabricante, Apresentação, País de Origem, o número Certificado de Registro do Produto junto ao Ministério da Saúde, o número do lote e o prazo de validade do produto. Além de mencionar o número da Licitação, do Processo PSES e da Ordem de Fornecimento;

d) Também será obrigatório que a empresa mencione na Nota Fiscal/Fatura os seguintes dados bancários para pagamento: número do banco, número da agência com dígito, número da conta corrente com dígito.

8.2 Sanções Contratuais:

a) As empresas que não cumprirem as obrigações assumidas na fase licitatória e/ou de execução do contrato estão sujeitas às seguintes sanções:

I) advertência;

II) multa;

III) suspensão temporária, não superior a 5 (cinco) anos, na modalidade de pregão, e não superior a 2 (dois) anos para as demais modalidades, aplicada segundo a natureza e a gravidade da falta cometida; e

IV) declaração de inidoneidade para licitar com a Administração Pública;

b) A advertência será emitida pela Administração, quando o contratado descumprir qualquer obrigação;

c) A multa será imposta à contratada pelo atraso injustificado na entrega ou execução do contrato, de acordo com as alíquotas a seguir:

I) 0,33 % (zero, trinta e três por cento) por dia de atraso, na entrega do objeto ou execução de serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até o limite de 9,9% (nove, nove por cento);

II) 10 % (dez por cento) em caso de não entrega do objeto ou não conclusão do serviço ou rescisão do contrato por culpa da contratada, calculado sobre a parte inadimplente;

III) até 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, pelo descumprimento de qualquer cláusula do contrato, exceto prazo de entrega;

- d) O valor da multa e/ou custas de depósito será deduzido dos créditos ou garantias da empresa, ou cobrado administrativa ou judicialmente;
- e) Sempre que a multa ultrapassar os créditos da contratada e/ou garantias, o valor excedente será encaminhado à cobrança extrajudicial ou judicial;
- f) O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo de entrega ou execução do serviço;
- g) A multa será aplicada quando o atraso for superior a cinco dias;
- h) A aplicação da multa não impede que sejam aplicadas outras penalidades;
- i) A suspensão impossibilitará a participação da empresa em licitações e/ou contratos, ficando suspenso o seu registro cadastral no Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Santa Catarina/SEA, de acordo com os prazos a seguir:
- I) por até 30 (trinta) dias, quando aplicada a pena de advertência emitida pela Administração e a empresa permanecer inadimplente;
- II) por até 90 (noventa) dias, quando a empresa interessada solicitar cancelamento da proposta após a abertura e antes do resultado do julgamento;
- III) por até 12 (doze) meses, quando a empresa adjudicada se recusar a retirar a autorização de fornecimento ou assinar o contrato;
- IV) por até 12 (doze) meses, quando a empresa adjudicada motivar a rescisão total ou parcial da autorização de fornecimento e/ou do contrato;
- V) por até 12 (doze) meses, quando a empresa praticar atos que claramente visem à frustração dos objetivos da licitação;
- VI) por até 24 (vinte e quatro) meses, quando a empresa apresentar documentos fraudulentos nas licitações;
- VII) por até 5 (cinco) anos quando, na modalidade de pregão, a fornecedora convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, que não celebrar o contrato, que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, que ensejar o retardamento da execução de seu objeto, que não mantiver a proposta, que falhar ou fraudar na execução do contrato, que se comportar de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios; e
- IV) até a realização do pagamento, quando a empresa receber qualquer das multas previstas no item anterior;
- j) A penalidade de suspensão aplicada pela Administração, publicada no Diário Oficial do Estado, implicará na suspensão da fornecedora junto ao Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Santa Catarina/ SEA;
- k) A suspensão do direito de licitar poderá ser ampliada até o dobro, em caso de reincidência;
- l) A declaração de inidoneidade será aplicada pelo Secretário de Estado da Administração – SEA;
- m) A declaração de inidoneidade permanecerá em vigor enquanto perdurarem os motivos que determinaram a punibilidade ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que a aplicou;
- n) A declaração de inidoneidade terá seus efeitos extensivos a toda Administração Pública;
- o) As empresas que apresentarem documentos fraudulentos, adulterados ou falsificados, ou que por quaisquer outros meios praticarem atos irregulares ou ilegalidades para obtenção do registro no Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Santa Catarina/SEA, estarão sujeitas às seguintes penalidades:
- I) suspensão temporária do Certificado de Cadastro de Fornecedores - CCF ou da obtenção do registro, por até 5 (cinco) anos na modalidade de pregão e até 2 (dois) anos para as demais modalidades, dependendo da natureza e gravidade dos fatos;
- II) declaração de inidoneidade, nos termos do artigo anterior.
- p) As sanções previstas neste edital poderão também ser aplicadas às empresas ou profissionais que:
- I) tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- II) tenham praticado atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação;
- q) Compete à Assessoria Jurídica da SES/SGA, após análise a indicação das penalidades previstas neste edital e legislação vigente, cuja aplicação dependerá da homologação da autoridade competente do órgão ou entidade;
- r) É facultado à interessada interpor recurso contra a aplicação das penalidades previstas neste edital, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, que será dirigido à autoridade competente do órgão ou entidade;
- s) As penalidades aplicadas serão registradas na Secretaria de Estado da Administração/ Diretoria de Gestão de Licitações e Contratos – DGLC, no Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Santa Catarina/SEA;
- t) Homologadas e publicadas as penalidades, a Administração as encaminhará ao Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Santa Catarina/ SEA, para registro.

9. DAS PRÁTICAS FRAUDULENTAS E DE CORRUPÇÃO

As partes, por seus agentes públicos ou por seus sócios, acionistas, administradores e colaboradores:

- a) declaram que têm conhecimento das normas previstas na legislação, entre as quais nas Leis nºs 8.429/1992 e 12.846/2013, seus regulamentos e eventuais outras aplicáveis;
- b) comprometem-se em não adotar práticas ou procedimentos que se enquadrem nas hipóteses previstas nas leis e regulamentos mencionados no inciso anterior e se comprometem em exigir o mesmo pelos terceiros por elas contratados;
- c) comprometem-se em notificar à Controladoria Geral do Estado qualquer irregularidade que tiverem conhecimento acerca da execução do contrato;
- d) declaram que têm ciência que a violação de qualquer das obrigações previstas na Instrução Normativa conjunta CGE/SEA nº 01/2020, além de outras, é causa para a rescisão unilateral do contrato, sem prejuízo da cobrança das perdas e danos, inclusive danos potenciais, causados à parte inocente e das multas pactuadas.

10. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

10.1 Nome e Matrícula do Fiscal do Contrato:

UNIDADE	MATRICULA	FISCAL
HGCR	360.229.0-01	Marcelo Gorski Severo

10.2 Gestor do Contrato:

UNIDADE	MATRICULA	GESTOR
HGCR	617803-0-01	Elisangela Sheidt Roncalio